

# Estatuto da Metr pole e o Planejamento Estadual



Flávio Figueiredo

Presidente da Agência CONDEPE/FIDEM

Junho de 2015



AGÊNCIA ESTADUAL DE  
PLANEJAMENTO E  
PESQUISAS DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO  
*Pernambuco*

JUNTOS. FAZEMOS MAIS.

***“(...) o caráter nitidamente metropolitano da cidade, por imperativo geográfico e sociológico, centro de atração de uma vasta zona do nordeste brasileiro (...). É indispensável, portanto, considerar no planejamento da cidade futura a área metropolitana de que Recife atual é o centro indiscutível (...). A conurbação de Recife, Olinda e Jaboatão (...) é já um fato consumado e que começa a se estender aos outros dois municípios cuja fusão com a capital preconizamos – os de Paulista e São Lourenço”***

***Antônio Bezerra Baltar (1951)***



SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO

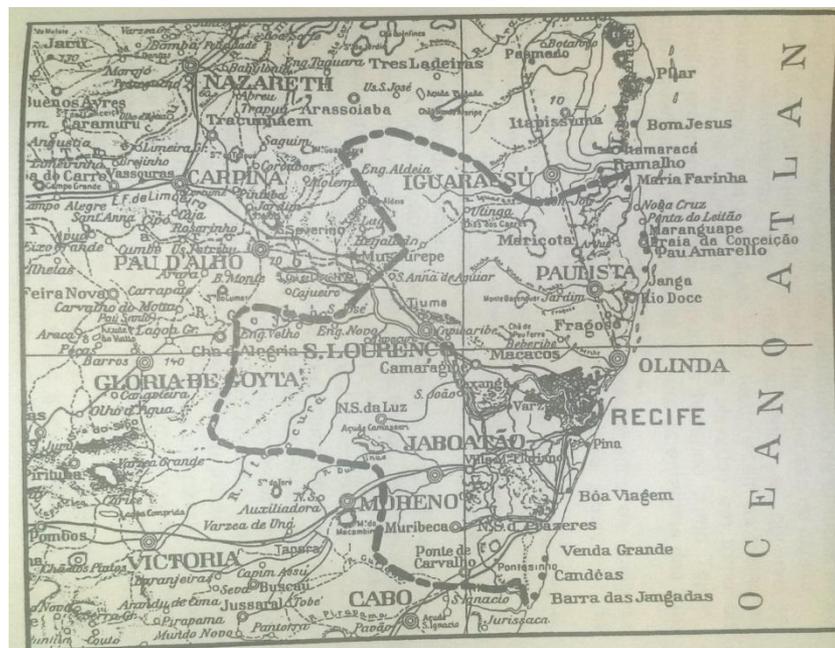
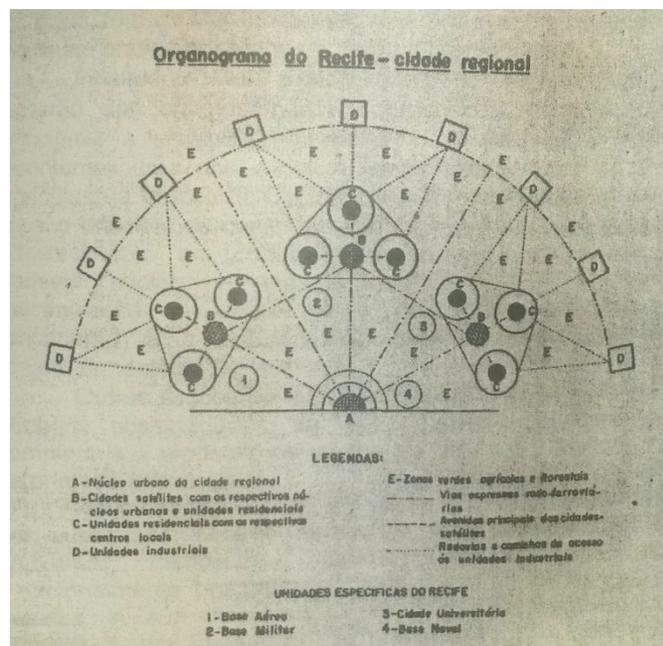


GOVERNO DO ESTADO  
*Pernambuco*

JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

# PLANEJAMENTO METROPOLITANO

Antônio Baltar, pioneiro em caracterizar o Recife como CIDADE METROPOLITANA, desde meados do século XX. Ideia de desenvolvimento regional do Recife, como núcleo e centro da região, e as cidades-satélites.



SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



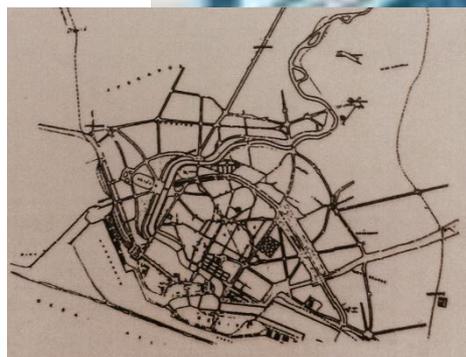
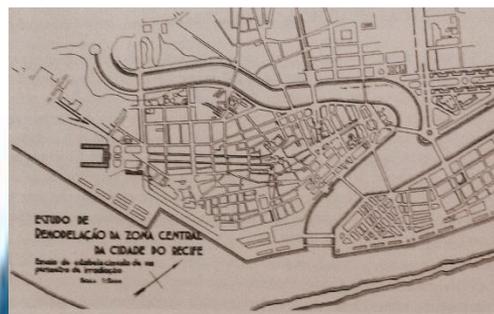
GOVERNO DO ESTADO  
*Pernambuco*

JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

Debates

# PLANEJAMENTO METROPOLITANO

Planos para o Recife  
do Local ao Metropolitano



DESENHO URBANO – ZONEAMENTO - GESTÃO



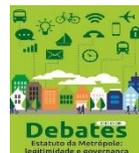
SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



## Anos 1960 – 1970

Região metropolitana ou processos de metropolização orientados pelo desenvolvimento industrial e expansão do consumo de bens e serviços.

Região como área entre território e a cidade propriamente dita em que se estabelecem relações de troca permanentes.



## Anos 1990

A Região Metropolitana do Recife como unidade organizacional, geoeconômica, social e cultural. Lança alguns critérios:

- I - evidência ou tendência de conurbação;
- II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;
- III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

## Anos 2000

Inserção do entendimento de Rede Urbana e Região de Influência, pelo IBGE.



## Estatuto da Metr pole 2015

**Metr pole** pode ser considerada como o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioecon mica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano



## Institui a Gestão Plena:

- 1. Delimitação e instituição da região metropolitana ou aglomeração urbana, mediante lei complementar, pelo Estado.**
2. Estrutura de Governança Interfederativa própria
3. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, aprovado mediante lei, pelo Estado.

# ESTATUTO DA METRÓPOLE 2015

1973. Lei Complementar Federal nº 14:  
instituiu a Região Metropolitana do Recife  
com 9 municípios  
1994. Lei que incorpora mais 4 municípios

14 Municípios: Abreu e Lima,  
Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho,  
Camaragibe, Igarassu, Ipojuca,  
Itamaracá, Jaboatão dos  
Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista,  
Recife, São Lourenço da Mata.



## PLANEJAMENTO ESTADUAL E O ESTATUTO DA METRÓPOLE, quanto à formalização de região metropolitana

- ✓ Análise da Lei da Região Metropolitana do Recife quanto a possíveis adequações e atualizações à luz do Estatuto da Metrôpole;
- ✓ Análise territorial e regional quanto à delimitação de novas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões.

## Institui a Gestão Plena:

1. Delimitação e instituição da região metropolitana ou aglomeração urbana, mediante lei complementar, pelo Estado.

## 2. Estrutura de Governança Interfederativa própria

3. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, aprovado mediante lei, pelo Estado.

Institui a Gestão Plena:

2. Estrutura de Governança Interfederativa própria, com a seguinte estrutura (Art. 8º):

I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas;

II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil;

III – organização pública com funções técnico-consultivas; e

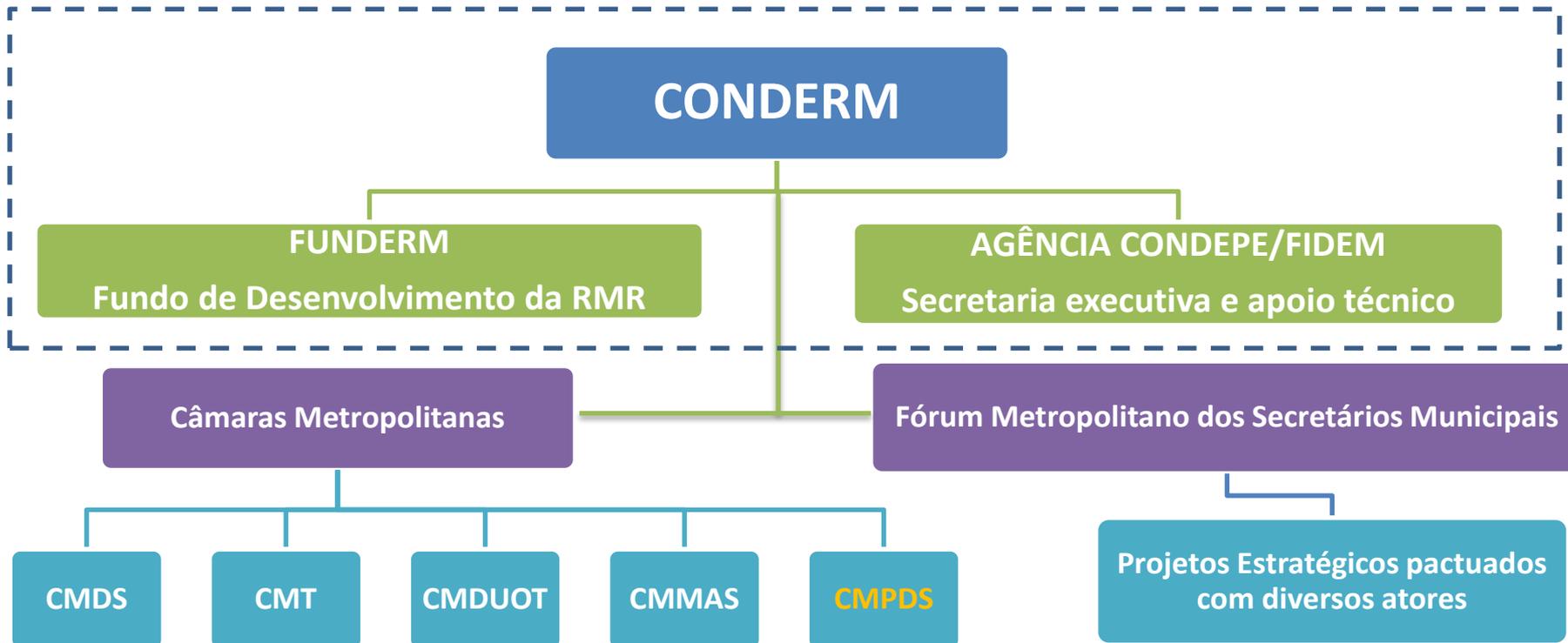
IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.



SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



## Sistema Gestor Metropolitano



## PLANEJAMENTO ESTADUAL E O ESTATUTO DA METRÓPOLE, quanto à governança interfederativa

Estrutura Interfederativa do Estatuto 2015	Sistema Gestor Metropolitano 1994	Adequações ao Estatuto da MetrÓpole 2015
Instância executiva	-	Análise Sistema Gestor Metropolitano x Estatuto da MetrÓpole
Instância colegiada deliberativa consultiva	CONDERM	
Órgão com funções técnico-consultivas	FIDEM Condepe/Fidem	
Sistema de alocação de recurso	FUNDERM	

## Institui a Gestão Plena:

1. Delimitação e instituição da região metropolitana ou aglomeração urbana, mediante lei complementar, pelo Estado.
2. Estrutura de Governança Interfederativa própria

**3. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, aprovado mediante lei, pelo Estado.**

## PLANOS METROPOLITANOS GERAIS

1976. Plano de Desenvolvimento Integrado

1976. Plano Diretor do II Polo Metropolitano

1982-83. Plano de Desenvolvimento Metropolitano

Projeto Grande Recife I, II, III e IV

**1998. Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife**

**2004. Plano Metr pole Estratégica**



SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



## PLANOS METROPOLITANOS SETORIAIS

1979. Plano de Preservação de Sítios Históricos

1980. Plano de Recuperação dos assentamentos sociais

1982: Plano de Ordenamento Territorial

1982. Plano Diretor de Transportes (atualizado em 2008)

1983: Plano do Sistema de Parques Metropolitanos

1986-87. Legislação ambiental

1997. Plano Diretor de Limpeza Urbana/ Destino Final de Resíduos

Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência na RMR

2001. Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário

Programa Prometrópole

Plano de Ocupação Sustentável – Território Estratégico de Suape



## PLANEJAMENTO ESTADUAL E O ESTATUTO DA METRÓPOLE, quanto à formulação do Plano de Desenvolvimento Integrado

- ✓ Levar em consideração o arcabouço dos Planos Metropolitanos já realizados, em especial os Planos de 1998 e 2004, na possibilidade de ajustes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, a ser aprovado por lei.



## DESAFIOS

- ✓ Complexidade e desigualdades sociais, populacionais, econômicas, demográficas, políticas, habitacionais, e outros, entre os municípios da RMR.
- ✓ Fragilidade institucional e normativa em boa parte dos municípios da RMR.
- ✓ Pactuação entre os entes envolvidos para o compartilhamento das responsabilidades e a aplicação do interesse comum sobre o local.



## **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco**

**Rua das Ninfas, 65 - Boa Vista  
Rua Barão de São Borja, 526 – Boa Vista  
Recife/PE - Brasil CEP: 50.070-050  
Fone/Fax: (81) 3182.4400  
[www.condepefidem.pe.gov.br](http://www.condepefidem.pe.gov.br)**